

Estado começa dia 27 mutirões nas aldeias

A partir de 27 de abril Governo do Estado, Funai, Fucmt, UFMS, Funasa e Exército farão um autêntico mutirão de auxílio às reservas indígenas em todo o Mato Grosso do Sul. O trabalho será dividido em duas etapas, a primeira emergencial, onde está programado o atendimento médico-odontológico, educacional, demarcação de terras e incentivos para o plantio de culturas de subsistência. Não se tem um levantamento do total de recursos financeiros a serem gastos com esse trabalho.

O plano emergencial contará com um censo em todos os setores que permitirá se definir as prioridades e necessidades de cada reserva indígena e de que forma o Governo do Estado se posicionará para definir as questões. A Secretaria Estadual de Justiça, fará um levantamento de todas as áreas em litígio e tentará, como representante dos índios, acelerar o processo judicial de demarcação das terras, de alçada da Justiça Federal. Por enquanto, não se tem um levantamento preliminar do total de terras indígenas que estão enquadradas nessa questão.

O plano emergencial consiste em fazer um atendimento nas áreas de saúde, educação, justiça e agricultura. Alunos das univer-

sidades, militares e funcionários estaduais e federais, participarão de "mutirões" em todas as reservas indígenas do Estado, oferecendo atendimento dos mais diversos tipos. A primeira reserva a ser visitada será a dos Caiuás (Dourados, Amambai e Iguatemi). Posteriormente esse atendimento se estenderá para as reservas em Miranda, Aquidauana, Bodoquena e Sidrolândia.

EMERGÊNCIA

Através desse plano de emergência, todos os índios serão cadastrados, com cadastros constando sua idade, nação, condições de moradia, escolaridade, saúde e outros itens. Esse censo indígena permitirá se verificar as necessidades mais prementes e a busca de solução para cada caso.

Equipes de 450 pessoas farão essas visitas. Além do pessoal, haverá caminhões para o transporte, máquinas e sementes. As equipes farão o censo e atenderão cada índio, através de consulta médica e odontológica. Os casos menos graves serão atendidos imediatamente e os mais graves encaminhados para hospitais ou mesmo gabinetes odontológicos de maior recurso.

Na área educacional, serão verificadas as escolas existentes nas aldeias, suas condições físi-

cas, deficiências de material e de pessoal. Esses itens serão atendidos de imediato com reformas e complementação de material. Na questão de professores, os índios solicitaram a formação de professores de suas próprias nações para que alfabetizem crianças e adultos na sua língua e no português.

Na área de saneamento, será verificado as condições dos poços de abastecimento de água e banheiros. Serão criados poços para que todos tenham condições de se abastecer de água potável e também de se construir banheiros para uso dos índios, evitando assim, o aumento de casos de verminose e outras doenças devido a falta de saneamento básico.

Na agricultura, está previsto de imediato o envio de maquinário com o pessoal que participará desse atendimento. As máquinas farão o gradeamento e preparação das terras já desmatadas, para imediatamente iniciar o plantio. O Governo do Estado irá distribuir, de imediato, de 20 a 25 toneladas de sementes de feijão e ramas de mandioca, produtos utilizados pelos índios para a sua cultura de subsistência. Será dado também orientações técnicas de plantio, por técnicos da Embrapa.

PERMANENTE

Esse trabalho, depois do "mutirão" que percorrerá todas as aldeias de Mato Grosso do Sul, continuará sendo feito, mas em caráter permanente. O atendimento será extensivo e mais abrangente devido as informações contidas no censo já feito anteriormente, durante as visitas.

Com isso, pretende-se reduzir os problemas indígenas, oferecendo melhores condições de moradia, com saneamento básico, sementes para o plantio de subsistência e depois de extrativismo, permitindo assim, que tenham condições de comercialização de seus produtos e consequentemente de arrecadar recursos. Haverá também continuidade no trabalho no setor educacional, de saúde e de Justiça, agilizando tratamentos médicos-odontológicos e verificando-se os processos de demarcações. O coordenador do trabalho, Denas Lugo, afirmou que o Governo do Estado, pretende com isso, evitar o "lado paternalista e oferecer um atendimento transformando o índio em um cidadão como qualquer outro, que mereça o atendimento e assistência, que o Governo dispensa ao restante da população".